



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e trinta minutos, na sala
3 da Superintendência da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, teve início a 4ª Reunião Ordinária da
4 Câmara de Compensação Ambiental – CCA, conduzida pela Diretora de Unidades de Conservação e
5 Biodiversidade, representante suplente da Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e
6 Biodiversidade - SFC da Secretária do Meio Ambiente – SEMA e suplente da Presidência da CCA e da
7 Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade – SFC/SEMA, Senhora
8 Marianna de Santana Pinho. Estiveram presentes os seguintes membros: Ubiratan Felix,
9 Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente; Renata Dunham Lemos Britto, representante
10 suplente da Coordenação Especial de Integração das Políticas Ambientais - CPA/ SEMA; Ivan Ferreira
11 Amarin, representante suplente do Instituto do Meio Ambiente – IMA; José Augusto de Castro Tosato,
12 representante suplente do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ; José Augusto Saraiva
13 Peixoto, representante suplente, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; e Leila Márcia
14 Souza Oliveira, representante suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH. Como
15 convidados estiveram presentes: Vanessa Arduina Lima, representante da Assessoria Especial/ SEMA;
16 Wellington Oliveira e Alessandro Diamantino, representantes da Diretoria Orçamentária/SEMA;
17 Daniella Blinder, Carla Mariane Souza da Cunha e Catarina Orrico Moraes, representantes do NOA –
18 Núcleo de Operacionalização da Câmara de Compensação Ambiental - DUC/ SFC/ SEMA. Constaram
19 da Pauta: Leitura e aprovação da Ata da última reunião; Avaliação das experiências de outros
20 Estados: RS, PR e RJ sobre a Compensação ambiental; Avaliação das experiências de outros Estados:
21 RS, PR e RJ sobre a compensação ambiental; Apresentação do gestor da APA Joanes/ Ipitanga, Geneci
22 Braz Souza, sobre o estado da arte da unidade de conservação; Compensação ambiental do
23 empreendimento Votorantim Cimentos e sua aplicação na revisão do Plano de Manejo da APA Joanes/
24 Ipitanga; O que ocorrer. Depois de verificado o quorum, a sessão foi aberta pela Diretora Marianna
25 Pinho. Passou-se à leitura da pauta. Em seguida, Daniela Blinder apresentou a tabela comparativa das
26 normas legais e informações relevantes sobre as Câmaras de Compensação Ambiental de todos os
27 Estados, catalogadas até o momento, que tiveram seus documentos enviados por e-mail aos
28 membros da Câmara de Compensação Ambiental. Ela iniciou a apresentação da experiência do Rio
29 Grande do Sul, onde se redimiram algumas dúvidas. Ficou de ser analisado, e levado na próxima
30 reunião, como ocorre juridicamente a forma de quitação da compensação ambiental por compra de
31 bens pelo empreendedor para posterior doação ao Estado, como ocorre no Rio Grande do Sul.
32 Discutiu-se outra forma de quitação da compensação ambiental que seria o depósito em um fundo
33 específico e posterior aplicação da verba pela SEMA, ou contratação direta dos serviços e
34 apresentação das notas fiscais à SEMA para a quitação. Comentou-se que deveria se pensar na
35 questão do fluxo entre o repasse da compensação ambiental e seu atrelamento à Licença ambiental
36 (LI ou LO), para que o processo não se torne moroso. Sobre o caráter recursal da CCA no Rio Grande
37 do Sul, Daniella informou que a experiência deste Estado indica que não houve contestação dos
38 valores por parte dos empreendedores. Neste ínterim, Carla Cunha expôs as experiências da Câmara
39 de Compensação Ambiental do Paraná, que informou que a Câmara de Compensação tem um Grupo
40 de Trabalho responsável pela fiscalização da execução do Termo de Compromisso e que possui caráter

41 recursal. Também informou que não houve contestação do valor por empreendedores. Sinalizou,
42 também, que alguns processos relacionados à compensação não poderiam ser adotados pela CCA da
43 Bahia, devido a serem específicos à realidade do Paraná. Em seguida, Vanessa Lima iniciou o relato da
44 experiência no Rio de Janeiro com as alternativas disponíveis para o empreendedor realizar a
45 Compensação Ambiental: 1ª - Direta/Indireta - o empreendedor se encarrega da contratação dos
46 serviços ou aquisição de bens especificados no Termo de Compromisso e sua execução é fiscalizada
47 pela SEMA; 2ª - Funbio - o valor da compensação é depositado no Funbio e a SEMA fica responsável
48 pela contratação dos serviços ou aquisição de bens, dando um termo de quitação da compensação
49 ambiental ao empreendedor. Sobre a experiência do caráter recursal da CCA, Vanessa informou que
50 também no Rio não houve contestação por parte do empreendedor, mesmo tendo o índice de
51 compensação ambiental o valor mínimo de 0,5%. Catarina Moraes acrescentou que no Rio de Janeiro o
52 índice de compensação ambiental varia de 0,5% à 1,1%. Vanessa Lima e Daniella Blinder expuseram
53 a proposta de aplicar o índice de compensação ambiental de 0,5% no passivo existente dos
54 empreendimentos que já estão em processo de Licença de Operação. Esta proposta foi aprovada com
55 unanimidade pelos membros presentes. Marianna informou que esta deliberação deverá ser publicada
56 no Diário Oficial. O gestor da APA Joanes/Ipitanga, Geneci Souza, iniciou sua apresentação sobre as
57 pesquisas e diagnósticos existentes sobre a APA, como solicitado pela Câmara. Em seguida, Daniella
58 Blinder apresentou a tabela de empreendimentos que foram analisados pelo CEPRAM, com uma
59 estimativa de valor previsto para compensação ambiental do passivo, calculado segundo o SNUC.
60 Sobre a Votorantim, Daniella informou que, devido ao curto período de tempo, a Votorantim não
61 enviou os três orçamentos solicitados pela Câmara de Compensação, mas que em breve terá a
62 cotação para análise. Como apenas um membro da Câmara enviou suas considerações em relação ao
63 Termo de Compromisso da Votorantim, resolveu-se discuti-lo em próxima reunião. Devido a não
64 formação de quorum no final desta reunião para assinar a Ata anterior, deliberou-se assiná-la em
65 próxima Reunião. Por fim, o Superintendente Ubiratan Felix agendou a 4ª Reunião Ordinária da
66 Câmara de Compensação para o dia dois de setembro de dois mil e dez, às quatorze horas. Às dezoito
67 horas a reunião foi encerrada pela Diretora Mariana Pinho. Eu, Catarina Orrico Moraes, lavro e assino
68 esta ata juntamente com os membros que participaram dessa reunião.

69 Membros:

70 Marianna de Santana Pinho - SFC/ SEMA (Suplente); *M. Pinho*

71 Renata Dunham Lemos Britto - CPA/ SEMA (Suplente); *Renata*

72 Ivan Ferreira Amorim - IMA (Suplente); *Ivan*

73 José Augusto Tosato - INGÁ (Suplente); *José*

74 José Augusto Saraiva Peixoto - CEPRAM (Suplente); *José Augusto Peixoto*

75 Leila Márcia Souza Oliveira - CONERH (Suplente). *Leila M. S. Oliveira*